

Estado do Conhecimento sobre Comunidades Virtuais de Prática em Dissertações e Teses Brasileiras

State of Knowledge on Virtual Communities of Practice in Brazilian Thesis and Dissertations

ISSN 2177-8310
DOI: 10.18264/eadf.v9i1.766

Daniela Mendes Vieira da Silva*^{1,2}

Agnaldo da Conceição Esquinca¹

Victor Augusto Giraldo¹

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Athos da Silveira Ramos 149, Centro de Tecnologia - Bloco C, Sala C127-6, Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

² Colégio Estadual Hebe Camargo/ Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Rua Projetada Um, s/n, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

*danielamvds@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo apresenta um estado do conhecimento sobre comunidades virtuais de prática em dissertações e teses brasileiras publicadas até agosto de 2018. Este trabalho apresenta brevemente a metodologia de pesquisa do tipo estado do conhecimento, destacando suas principais características e delimitando seu escopo de busca. As contribuições dos oito trabalhos selecionados foram organizadas em categorias relacionadas e discutidas com base em seus autores, como preconiza a literatura. Como conclusão, destacamos a importância das comunidades virtuais, que agregam profissionais com interesses em comum e que, segundo os autores pesquisados, facilitam e promovem o compartilhamento de ideias, promoção de novos conhecimentos de maneira coletiva e integrada, com indícios de desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: Comunidades virtuais de prática. Estado do conhecimento. Desenvolvimento profissional.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: MENDES VIEIRA DA SILVA, Daniela; DA CONCEIÇÃO ESQUINCA, Agnaldo; GIRALDO, Victor Augusto. Estado do Conhecimento sobre Comunidades Virtuais de Prática em Dissertações e Teses Brasileiras. **EaD em Foco**, 2019; 9(1): e766. doi:<https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.766>

Recebido 20/11/2018
Aceito 23/01/2019
Publicado 29/05/2019

State of Knowledge on Virtual Communities of Practice in Brazilian Thesis and Dissertations

Abstract

This article presents the state of knowledge on virtual communities of practice discussed in Brazilian thesis and dissertations published until August 2018. The paper presents a brief review of literature, describes the research methodology highlighting the main characteristics and the scope of the study. The contributions of the eight selected papers were organized in categories based on what was discussed by the authors, as recommended by the literature. As a conclusion, it is highlighted the importance of virtual communities of practice to connect professionals with common interests that, according to the authors, can facilitate and promote the sharing of ideas, the access of new knowledge in a collective and integrated way, which allows professional growth.

Keywords: *Virtual communities of practice. State of knowledge. Professional development.*

1. Introdução

Comunidades de prática (CoP) têm estreita ligação com as comunidades virtuais de práticas, tema deste trabalho. Faz-se, portanto, necessária uma breve apresentação das CoP ao leitor. Lave e Wenger (1991) estabelecem esse termo a partir da observação de um sistema no qual os participantes de um grupo informal de pessoas (grupos de açougueiros ou alfaiates, por exemplo) fazem o compartilhamento de seus saberes profissionais. Com base na observação desse compartilhamento de conhecimentos entre pares, os autores passam a compreender a aquisição de conhecimentos como um processo social intimamente ligado ao aprendizado de práticas e atividades aprendidas por meio da interação social.

Para compreendermos os estágios pelos quais passam as comunidades de prática, recorreremos a Santos (2010), que em seu trabalho dá destaque ao nascimento, à vida e ao fim de uma CoP, denominando esses estágios como: inicial, de crescimento, consolidação, sustentação e transformação.

Na etapa inicial a comunidade é criada de forma natural ou intencional. Nesse momento, para que ela possa se consolidar, redes de confiança devem ser construídas entre os membros. Na etapa de crescimento, o engajamento de seus integrantes começa, o que torna a comunidade mais ativa conforme se intensifica. Isso implica a etapa de consolidação ou maturidade, na qual a comunidade recebe reconhecimento, se solidifica e recebe novos integrantes. Como consequência disso, surge a necessidade da organização do ingresso de novos membros, uma maior circulação de saberes emergentes do coletivo ocorre e demanda a necessidade do estabelecimento de um repositório estruturado e de fácil acesso a todos e a reafirmação de seu foco estratégico.

Essa efervescência de atividades da comunidade, após algum tempo, dá lugar a uma perda de intensidade no engajamento dos membros. Quando isso se dá, a comunidade chega à etapa de sustentação, o que não significa que a CoP deixou de ser um centro vivo de conhecimento, mas, sim, que sofreu modificações, passando a se constituir de contatos pessoais e práticas compartilhadas ainda existentes de seus integrantes. Essas modificações levam a CoP à etapa de transformação, na qual ela deixa de ser importante para a vida de seus membros. Nesse ponto a comunidade tem diante de si a possibilidade de reinvenção e mudança de domínios ou do encontro natural de seu fim.

A interação entre os integrantes de uma CoP implica diretamente sua estrutura, seu funcionamento e, naturalmente, os estágios pelos quais ela passa. A forma como o ser humano interage com seus pares vem mudando com o advento das tecnologias digitais de informação e comunicação; nesse contexto, Borba e Souto (2016) propõem que o ser humano seja visto também a partir da sua interação com e por meio das mídias que o cercam, em uma perspectiva de impregnação mútua, quando afirmam que

os seres humanos, ao interagirem com as mídias, reorganizam o pensamento de acordo com múltiplas possibilidades e restrições que elas oferecem. A presença ou a ausência delas influencia o tipo de conhecimento produzido, e o uso ou o surgimento de uma determinada mídia não invalida ou extingue outra, embora a coloque muitas vezes em uma posição distinta da que ocupava em momento anterior (p. 6).

Isso significa que a forma como a produção de conhecimento se dá coletivamente está intimamente ligada aos instrumentos para interação, ou seja, os cenários nos quais o conhecimento é produzido interferem e fazem diferir os conhecimentos que neles emergem (Borba; Gadanidis, 2008). Uma vez que a forma como os seres humanos interagem sofreu transformação a partir de sua interação nesse novo contexto informacional, também as comunidades de prática passam a utilizar essas novas ferramentas comunicacionais para mediatizar a interação de seus membros.

Borba e Gadanidis (2008) indicam que, quando se trabalha colaborativamente *online*, a produção do conhecimento é percebida como fruto da interação entre todos os sujeitos envolvidos. Tais interações devem ser percebidas como se os sujeitos fizessem parte de um único organismo, por meio do qual as colaborações são reorganizadas e reestruturadas em um meio virtual. Nesse caso, os objetos virtuais devem ser percebidos como atores nesse processo e, portanto, devem ser atribuídos a eles o mesmo status recebido por humanos, uma vez que podem ser percebidos como parte integrante do próprio ser humano conectado, fazendo parte, portanto, do seu desenvolvimento cognitivo.

A partir daí, o conceito de CoP se ressignifica e é necessário compreender como a literatura de pesquisa tem tratado o tema, em particular em dissertações e teses. Para isso, propomo-nos a realizar uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, fazendo um recorte geográfico e temporal. Debruçamo-nos sobre dissertações e teses publicadas no Brasil até agosto de 2018. Os procedimentos da pesquisa e a análise dos dados são apresentados nas seções a seguir.

2. Procedimentos da Pesquisa

Uma pesquisa do tipo estado do conhecimento exige mapeamento, discussão e análise da produção acadêmica sobre o tema investigado. Segundo Pereira (2013), pesquisas de estado do conhecimento têm sido organizadas em dois momentos distintos: o primeiro, cujo objetivo é mapear a produção de conhecimento dentro de um contexto e de um recorte temporal (medido em anos), é dedicado à busca, quantificação e registro dos dados bibliográficos encontrados. Aqui se responde, de maneira objetiva, às seguintes questões, em relação a cada trabalho levantado: 1. De onde eles vêm? Quando foram escritos? Quem os escreveu? 2. Análise do material levantado, na qual se busca identificar escolhas teórico-metodológicas, aproximações e distanciamentos, ênfases e tendências. Ou seja, aqui se busca responder, de maneira subjetiva, de que e como são constituídos os trabalhos levantados. A seguir destacamos as três etapas procedimentais para coleta e análise para a elaboração do presente artigo.

A primeira etapa é dedicada à escolha de um repositório para a pesquisa de trabalhos, dos descritores para a busca e da revisão do material encontrado. Aqui elenca-se o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes como sendo o repositório no qual se deu a busca por trabalhos acadêmicos que abordaram o tema CVP e o descritor “comunidade virtual de prática”, com o qual se fez a primeira busca e o registro

dos trabalhos retornados. A busca foi realizada em agosto de 2018. A partir dessa busca, a tela de retorno mostrou-nos seis dissertações e cinco teses. Chamou-nos a atenção o recorte temporal de apenas onze anos que surgiu como resultado da pesquisa, o que indica que esse é um tema de interesse recente de pesquisadores brasileiros, caracterizando algo emergente na pesquisa – em particular, sobre formação de professores em/por meios digitais.

A segunda etapa é dedicada à leitura dos resumos dos trabalhos levantados na etapa anterior, seguida de seleção e registro de trabalhos que abordem a temática das comunidades virtuais de prática. Para a seleção de teses e dissertações que atendessem aos nossos objetivos de pesquisa, partimos da perspectiva de Ferreira (2002, p. 269), segundo o qual “o resumo permite outras descobertas, se lido e interrogado para além dele mesmo, quando lido numa prática criadora vivida fora dos preceitos previstos pelo autor do resumo”. Para fazer essa seleção, buscamos, dentre as dissertações e teses levantadas, trabalhos que propusessem discussões sobre CVP sob quaisquer enfoques; nessa etapa, dois trabalhos foram retirados do corpus por fugirem ao escopo da nossa pesquisa.

A terceira etapa é dedicada à leitura completa das teses e dissertações selecionadas e registradas na etapa anterior e à categorização e análise de suas contribuições sobre diferentes aspectos das comunidades virtuais de prática; nesta etapa, o terceiro trabalho foi retirado do corpus, pois não estava disponível na íntegra ao público em geral; portanto, não foi possível analisá-lo completamente.

3. Dissertações e Teses Brasileiras sobre CVP

Neste item temos a terceira etapa da pesquisa. Apresentamos aqui, com base na leitura integral dos oito trabalhos selecionados (Quadro 1), aproximações, recorrências, tensões e distanciamentos entre eles sobre o tema CVP.

Quadro 1: Dissertações e teses selecionadas

Título - dissertação ou tese	Ano/Autor	Programa/Universidade
Comunidade de prática na perspectiva da inclusão escolar: o perfil, os discursos e as práticas de educadores no exercício da cultura da participação – tese	2016/Schneider	Informática na Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Formação continuada de professores de Física em exercício na rede pública estadual de Santa Catarina: lançando um novo olhar sobre a prática – tese	2015/Leonel	Educação Científica e Tecnológica/Universidade Federal de Santa Catarina
Comunidades virtuais de prática no serviço público: quadro teórico para a organização de experiências e apoio à inovação – tese	2015/Prevedello	Informática na Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Desenvolvimento de uma comunidade virtual de prática como apoio à gestão da tecnologia da informação do Instituto Federal da Bahia: uma proposta de aplicação do Sistema de Gestão de Aprendizagem Amadeus – dissertação	2013/Matos	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação/ Universidade do Estado da Bahia
Modelo de gestão para promover a criação e o compartilhamento de conhecimento em Comunidade Virtual de Prática – tese	2010/Santos	Engenharia e Gestão do Conhecimento/ Universidade Federal de Santa Catarina
Comunidades virtuais de prática como alternativa na formação continuada de docentes na educação superior tecnológica – tese	2008/Giostri	Educação Científica e Tecnológica/Universidade Federal de Santa Catarina

Aprendizagem e compartilhamento de conhecimento em comunidades virtuais de prática: estudo de caso na comunidade virtual de desenvolvimento de software livre Deban-BR-CDD – dissertação	2007/Correia	Administração/ Universidade Federal da Bahia
Formação e gestão de uma comunidade virtual de prática: criação e validação de um instrumento de pesquisa – dissertação	2007/Silva	Educação/Universidade Estadual de Campinas

Para tanto, registramos e discutimos as contribuições desses trabalhos em três categorias: características; implementação e organização; fatores críticos de desenvolvimento e consolidação. Adiante, apresentamos as contribuições das teses e dissertações selecionadas a respeito de comunidades virtuais de prática.

Categoria 1: Características

Nesta categoria são apresentadas características gerais sobre comunidades virtuais de prática, sua relação com as tecnologias digitais de informação e comunicação, seu histórico associado ao surgimento da Web 2.0 e, por fim, a importância dos membros da CVP como o eixo que a caracteriza.

Segundo Santos (2010), uma CVP pode ser entendida como uma expansão do conceito de comunidade de prática. Para o pesquisador, tal expansão foi proporcionada pelos avanços das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), pois estas geraram novas possibilidades de criação e compartilhamento de conhecimentos, revolucionando os conceitos de tempo, espaço e fronteiras. As CVP surgiram inicialmente no ambiente corporativo. Ou seja, o conceito de CVP nasce da aplicação, em várias organizações, de uma busca coletiva por aprimoramento profissional mediado por tecnologias, de soluções para problemas em comum (Santos, 2010).

Giostri (2008) mostra que companhias, visando superar limitações de tempo e espaço, utilizam o conceito de CVP como forma de estímulo à troca permanente de informações e conhecimentos por meio da internet. A autora apresenta algumas empresas que utilizaram tal estratégia: a Petrobras, que iniciou o processo de implantação de CoP em 1998; a Embratel, que desde 2002 possui implantada uma “comunidade virtual de melhores práticas”; e a Schlumberger Serviços de Petróleo, que iniciou a implantação de CoP em 1998. Para Santos (2010), o conceito e os objetivos das CVP expandiram-se, rompendo as fronteiras do mundo corporativo, e hoje podem ser entendidas como espaços interdisciplinares, pois, segundo a literatura, têm convergido especialistas de diversas áreas como Educação, Psicologia, Pedagogia, Informática e Administração, entre outros.

Para Prevedello (2015), as interações via internet são propícias para a realização de experimentos em trabalhos colaborativos, uma vez que a grande rede permite o compartilhamento de documentos, a realização de conferências, melhor gerenciamento do tempo, inovação na criação e gestão coletiva de documentos que se mostrem mais adequados às necessidades das empresas, entre outros. Indo além, Leonel (2015) elenca as principais características de uma CVP: o compartilhamento de interesses comuns a todos os participantes; a ênfase em relação ao trabalho em equipe; a centralidade de sua dinâmica nos objetivos a serem alcançados; a garantia de que o direito à participação seja igualitário para todos os sujeitos envolvidos; normas, valores e comportamentos são definidos pelos sujeitos de maneira coletiva, dentro da comunidade; a interação é permanente e mediada por um de seus membros no papel de orientador e animador da comunidade.

Silva (2007) entende que as CVP podem ser organizadas em três componentes: acesso ao conhecimento existente (variedade de fontes de pesquisa disponíveis a todos os participantes); troca de conhecimento (é validada a partir das experiências de práticas relatadas pelos membros); desenvolvimento de novos

conhecimentos (ocorre na interação dos membros entre si e entre o material disponibilizado). As CVP, portanto, são ambientes virtuais formados pela reunião de pessoas que compartilham interesses e, que, a partir deles, se dedicam a aprofundar seu conhecimento e experiência, por meio da interação contínua para a busca de soluções profissionais ou para desenvolvimento cognitivo do grupo ou de seus membros; em resumo, trata-se da união virtual de pessoas pela interação contínua em torno de um interesse comum para aprendizagem (Prevedello, 2015, p. 172).

As CVP podem ser entendidas como redes nas quais indivíduos que muitas vezes não se conhecem pessoalmente ou sequer fazem parte da mesma organização dedicam tempo e esforços para compartilhar sua expertise e trocar experiências sobre determinado assunto de interesse comum. Entretanto, para Correia (2007), é importante destacar que, embora a maior parte das características de uma CoP possa ser transferida para a CVP, a transposição desse conceito encontra barreiras, uma vez que interações virtuais não substituem aprendizagens que necessitam de observação presencial para ocorrer.

Schneider (2016) e Leonel (2015) acrescentam que as CVP também podem ser entendidas como um espaço de fomento de troca de recursos e experiências entre colegas de profissão. Elas também independem da mediação exclusiva de especialistas; podem contemplar quaisquer distâncias, pois desconhecem barreiras espaciais e favorecem a construção de conhecimentos práticos. Giostri (2008) reforça a virtualidade como vantagem frente aos deslocamentos pessoais, que, além de dispendiosos, podem se mostrar inviáveis em muitos casos.

As CVP nasceram com a Web 2.0, a segunda geração da internet, caracterizada principalmente por produção e compartilhamento de conteúdo por parte de seus usuários e, a partir daí, a negociação e as trocas recursivas de conteúdos entre pessoas com objetivos comuns. Começam a se formar, então, por afinidade, as primeiras CVP, que, por extensão, possuem características comuns às da internet de segunda geração (Leonel, 2015). Prevedello (2015, p. 57) concorda a respeito de a existência de CVP estar relacionada ao advento da Web 2.0 e acrescenta que as comunidades se constituem em espaços virtuais e sociais nos quais “as pessoas se reúnem para obter e dar informações ou apoio, para aprender ou para encontrar companhia, podendo ter abrangência nacional, internacional, pequena ou grande”.

Segundo Santos (2010), integram as CVP pessoas com interesses profissionais idênticos e que atuam em colaboração, sem a existência de fronteiras, em redes informais que podem ou não ser reconhecidas ou legitimadas por organizações formais. Também segundo esse autor, são pessoas com diferentes conhecimentos e habilidades que podem, via internet, trocar informações, rearticular ideias e compartilhar seus conhecimentos. Ou seja, gerar novos conhecimentos sobre um tema. Para Correia (2007), a motivação individual deve ser considerada um fator importante no engajamento de indivíduos em CVP, uma vez que, não motivados, não compartilharão conhecimentos, mesmo que tenham expertise nos temas debatidos pela comunidade a que pertencem.

Retomando Santos (2010), observamos que uma CVP pode ser caracterizada por seus elementos estruturais e pelos níveis de participação de seus membros, sendo esses os seus principais fatores de reconhecimento. Outros fatores de reconhecimento são seus elementos estruturais (domínio, comunidade, prática); níveis de participação (grupo nuclear, adesão completa, participação periférica, participação transacional, acesso passivo). Além disso, uma CVP não deve ser entendida apenas como um grupo de pessoas trabalhando a distância, mas como um ente coletivo com um objetivo em comum e que deve elaborar um produto por meio de trocas regulares e bilaterais de informação e troca de diferentes práticas (Schneider, 2016).

Por fim, Correia (2007, p. 62) destaca que um membro de uma CVP pode passar por vários estágios em relação à sua participação, à medida que vai se integrando ao coletivo: “Novato: totalmente novo no grupo; Intermediário: com um certo *know-how*; Avançado: resolve problemas de outros e propaga as virtudes da CVP; Especialista: conhece profundamente assuntos de interesse da CVP; sua palavra é decisiva”.

Categoria 2: Implementação e organização

Um desafio para a implantação e consolidação de uma CVP passa pela superação do entendimento de que um aprendizado ocorrido dentro de um ambiente informal tem menor valor do que aquele ocorrido em um ambiente formal (Schneider, 2016). Entretanto, não basta estabelecer um espaço digital e colocar nele sujeitos para que seja criada automaticamente uma comunidade virtual de prática. Para que se constitua, é fundamental que os participantes do espaço compartilhem interesses e objetivos, mas não só. Para que se estabeleça de fato uma CVP, e para que realmente possa haver produção de conhecimento nesse espaço “é necessário que haja colaboração, discurso reflexivo, conhecimentos e experiências compartilhadas e acima de tudo uma ação dialógica” (Leonel, 2015, p. 202).

Portanto, para que sejam viabilizadas condições para a criação e o compartilhamento de conhecimentos e de uma aprendizagem mútua em uma comunidade virtual de prática, é necessário um processo ativo e estruturado de gestão dessa comunidade, que deve englobar os diversos elementos que caracterizam e interferem nas atividades da CVP. Aqui o objetivo é gerar benefícios para as pessoas e para as organizações (Santos, 2010).

Schneider (2016) destaca que a tecnologia está continuamente a serviço das CVP oferecendo recursos que permitam e facilitem a interação entre seus membros. A autora defende que, para que a interação ocorra de fato, tais recursos virtuais estejam integrados em um único ambiente. Correia (2007) complementa e esclarece esse pensamento quando observa que o fato de que grande parte das tecnologias utilizadas para interação nas CVP apresenta uma única função por ferramenta, o que obriga os usuários a ficar alternando constantemente entre elas e a improvisar combinações de ferramentas de modo a compartilhar suas ideias. Para superar essa dificuldade, Matos (2013) defende que a reunião de recursos virtuais deve ser estruturada em um sistema de gestão de aprendizagem (SGA) uma vez que, para ela, os instrumentos de mediação, quando dispersos, não cobrem integralmente as necessidades da CVP, sendo ideal reuni-las em um ambiente único. Tal ambiente para ela é o SGA, que pode ser entendido como:

um ambiente virtual cujo objetivo primordial é apoiar o processo de aprendizado, quer seja a distância quer seja semipresencial, pois proporciona e facilita diversas formas de interação através de recursos específicos; possibilita controle das atividades e monitoração de todas as interações e acessos, o que permite a pessoas com interesses comuns trabalharem em grupo num processo colaborativo, integrando-se e compartilhando conhecimentos através de funcionalidades que contemplam ferramentas de comunicação (Matos, 2013, p. 31).

Em relação às ferramentas de interface, pode-se organizar em cinco grupos os serviços e ferramentas para a implementação de uma CVP. O primeiro trata das interações assíncronas (*blogs* e fóruns de discussão, por exemplo). O segundo trata das interações síncronas (como mensagens instantâneas e chats). O terceiro envolve a participação individual, que pode dar-se no site da comunidade, quando for o caso. O quarto trata do cultivo da comunidade, que abrange toda a sua organização *online*. O quinto trata das publicações da comunidade na organização citada no grupo anterior (Schneider, 2016; Correia, 2007; Giostri, 2008; Prevedello, 2015; Matos, 2013).

Instrumentos virtuais de mediação não tem valor per se, uma vez que apenas viabilizam a interação dos membros da CVP. Para que tais interações aconteçam com regularidade e sem desvios de finalidade, dentro da temática da comunidade, é imprescindível a presença de um animador/líder/moderador¹, ou seja, de alguém que busque o tempo todo estimular as comunicações e manter as discussões ocorrendo

¹ Utilizamos aqui as nomenclaturas recorrentes no *corpus* analisado para designar a pessoa que encaminha o andamento cotidiano da comunidade.

dentro de seus objetivos (Schneider, 2016; Correia, 2007). Em relação aos papéis de liderança, moderação, animação e coordenação, Prevedello (2015) esclarece que o moderador (ainda que apresentado sob nomes diversos) reúne as características de tradutor, animador, motivador, disparador de discussões interessantes; deve esclarecer possíveis pontos de discussão nebulosos, deve ter a liderança reconhecida pela comunidade (o que lhe confere legitimidade) e, principalmente, deve ser apaixonado e dominar o tema da comunidade. “Sua função principal é ligar as pessoas, e não dar respostas” (p. 82).

Leonel (2015) faz uma observação específica sobre o papel do animador/líder/moderador em uma comunidade de educadores. Em seu estudo, tal papel é apresentado como imprescindível. Entretanto, ele pontua que esse papel pode não ser assumido espontaneamente por um integrante da comunidade e que essa emergência pode não ocorrer até mesmo em comunidades nas quais os participantes tenham como ofício justamente o gerenciamento de um ambiente de aprendizagem. A tese de Giostri (2008) mostra, inclusive, uma comunidade integrada por docentes na qual não houve o estabelecimento de lideranças a priori, o que reforça as inferências de Leonel (ibid). Vemos, com base nesses estudos, que, apesar de a liderança se mostrar um ponto central para o desenvolvimento de uma CVP, a sua existência pode depender da existência/proposição de um líder já no nascedouro da comunidade ou do encorajamento de seus dirigentes/criadores/implementadores para que uma liderança emergja do coletivo durante a vida da CVP.

Categoria 3: Fatores críticos de desenvolvimento e consolidação

Nesta categoria são destacados os principais fatores considerados pelos autores investigados para o desenvolvimento e consolidação das CVP: oportunidades e desafios possibilitados pela cobertura de grandes extensões territoriais, indicadores de sucesso, dificuldades na manutenção e questões sobre o uso das TDIC. Por fim, trazemos discussões sobre a troca de conhecimentos e a aprendizagem por meio das CVP.

O ciberespaço emerge, assim, como um novo “local” de encontros e interações humanas, permitindo que as CoP expandam as suas fronteiras para além dos muros organizacionais e dando-lhes a possibilidade de não serem mais geográfica ou institucionalmente localizadas (Correia, 2007). Dentro desse contexto, as CVP são mencionadas como meio para solucionar as dificuldades de interação, troca e produção de conhecimento de pessoas dispersas geograficamente.

Por exemplo, no estudo de Leonel (2015), uma tese sobre a formação de professores de Física da rede do Estado de Santa Catarina, a CVP é apresentada como a solução para a dispersão geográfica de participantes de um curso ministrado a distância. Em Schneider (2016) e Silva (2007), encontramos uma menção direta à redução de distâncias geográficas quanto aos benefícios das ferramentas virtuais de interação utilizadas em CVP, o que corrobora a afirmativa de Leonel (2015). O trabalho de Santos (2010) traz ainda outra vantagem para a virtualidade, uma vez que afirma em sua tese que ferramentas virtuais colaboram na organização de comunidades para além dos seus limites funcionais e geográficos.

Além disso, também surgiu, na leitura do nosso corpus de pesquisa, a reunião de informações em um único local (nuvem, plataforma etc.), formando uma memória coletiva acessível a todos os envolvidos. Mas não só isso: também a economia de recursos financeiros e humanos derivada da virtualidade das CVP implica redução de gastos com viagens e com ausências em postos de trabalho, por exemplo (Matos, 2013).

Segundo Correia (2007), nas CVP ocorre sem restrições de qualquer ordem, por meio de ferramentas síncronas e assíncronas, em um ambiente de conectividade crescente, o acesso a informações, novas ideias, conhecimentos de pares com os quais não se interage pessoalmente e que não necessariamente participam da mesma organização ou instituição. Dessa forma, se por um lado as CVP constituem-se em um desafio para corporações que desejem impedir a livre circulação de informações, por outro lado a troca de informações sem fronteiras físicas pode se constituir em uma oportunidade de interação, em

substituição a dispendiosas viagens para encontros face a face, em tempos de organizações cada vez mais distribuídas geograficamente.

Para Giostri (2008), a superação, desde a fase inicial, da resistência à exposição, da dificuldade em resolver problemas por meio da internet, do comodismo em se manter sempre em um mesmo sistema já conhecido para interação, a resistência à mudança por parte dos participantes de uma CVP, assim como possíveis defeitos técnicos que impeçam o acesso às ferramentas de interação virtual, é fundamental para o sucesso de uma CVP. Confiança, relacionamentos anteriores, domínios de interesse, conflitos, objetivos comuns, aprendizado mútuo, interiorização das melhores práticas, ritmo da comunidade, envolvimento, metodologias e reconhecimento dos principais líderes de uma CVP são fatores críticos de sucesso de comunidades desse tipo (Santos, 2010; Prevedello, 2015).

Para Prevedello (2015), quando há identificação dos membros de uma CVP com o ambiente organizacional no qual estão inseridos, não são necessárias infraestruturas institucionais pesadas ou muita gestão, mas seus membros precisam de espaço e tempo para colaborar. Também o uso de uma liderança pode ou não ocorrer, uma vez que nesse cenário a comunidade se auto-organiza e floresce. A prática compartilhada de conhecimentos, cultura e ações com outros indivíduos por meio do ciberespaço é a base do funcionamento de uma CVP, segundo Correia (2007) e Prevedello (2015). Observamos em Giostri (2008) um complemento a essa ideia quando associa a frequência de acessos e a quantidade de colaborações à existência de um projeto de interesse comum aos membros de uma CVP.

Matos (2013) acrescenta que é fundamental para o desenvolvimento de uma CVP que os membros tenham clareza dos benefícios decorrentes de sua participação. Por exemplo: da oportunidade de estabelecer contato com pessoas com interesses e motivações semelhantes, da atualização constante por meio da interação com especialistas; do estabelecimento de relações profissionais; do reconhecimento de suas habilidades e conhecimentos específicos em um grupo de profissionais com interesses comuns; da ampliação da capacidade de resolução de problemas complexos por meio da interação em rede.

Também é importante destacar como ponto nevrálgico no cotidiano de CVP: a questão da afiliação e desfiliação imediata, o caráter voluntário tanto em relação à permanência quanto à participação, inerente à própria dinâmica dessas comunidades, de membros interessados no tema, a qual ocorre sem que haja qualquer análise da *expertise* do candidato a membro, tornam as fronteiras da comunidade extremamente porosas, o que dificulta qualquer controle desse fluxo (Correia, 2007).

Para Schneider (2016), a tecnologia mostra-se como um fator crítico para uma CVP, pois afeta diretamente, em diferentes níveis, a vida de uma comunidade, pois pode conferir presença e visibilidade à comunidade por meio da interação pública em sites e redes sociais, que podem se constituir em espaços comuns sem fronteiras inter e intra CVP. Essa interação pública pode ainda abrir espaço para a entrada de novos membros nos grupos envolvidos. A tecnologia pode auxiliar na distribuição de horários e na realização de eventos que poderiam não ocorrer por falta de espaço para reuniões, assim como reuniões virtuais podem permitir a participação de membros em eventos aos quais eles não poderiam comparecer presencialmente. Ou seja, a tecnologia interfere diretamente no ritmo das comunidades envolvidas.

O papel da tecnologia na memória da comunidade é abordado por todos os pesquisadores, que destacam seu valor tanto no curto quanto no longo prazo; o primeiro trata do armazenamento de informações relativamente próximas no tempo, o que pode permitir a participação assíncrona em uma discussão. No longo prazo, a memória da comunidade pode também estar disponível para acesso por meio da internet e suas nuvens. É importante destacar que a tecnologia também traz fragilidades às CVP quando da exclusão de membros, uma vez que algumas ferramentas apresentam dificuldades para a efetivação da desfiliação de integrantes, muitas vezes associada à perda de suas informações compartilhadas na comunidade.

Sobre a aprendizagem em CVP, Prevedello afirma que “se dá pela realização de significados, em um processo de interação dinâmica entre os membros da comunidade, e não sobre as partes, conteúdos ou dispositivos” (2015, p. 65). Além disso, para Matos (2013), a virtualização afeta o cognitivo das pessoas, fazendo emergir, por meio da interação humana via tecnologias de comunicação e informação (TIC), um fenômeno que pode ser denominado “inteligência coletiva”. Prevedello (2015) também aborda indiretamente o conceito de inteligência coletiva quando afirma que,

do mesmo modo, o conceito de comunidade de prática com o advento das TIC é baseado na colaboração, que se dá pelo compartilhamento de objetivos que ocorre não somente para o trabalho colaborativo, mas também para realizar uma troca cognitiva, a fim de atingir metas que não poderiam ter sido atingidas individualmente (p. 58).

Segundo Santos (2010), as CVP são ferramentas para a construção do conhecimento. Embora as relações sejam informais, elas costumam se dar em ambientes de trabalho ou de cunho profissional. Ainda para Giostri (2008, p. 178),

fica evidente a necessidade de um meio significante [...] nos processos de construção do conhecimento. A partir do momento em que houve esse objetivo de interesse comum, houve um estímulo à participação e acesso ao ambiente. É inegável, também, o quanto as oportunidades de interação contribuem para a construção dos saberes docentes.

Para Santos (2010), as transformações que podem ocorrer no cenário das CVP influenciam os membros desses ambientes, principalmente na capacidade de criar e compartilhar conhecimentos. Em relação à criação e ao compartilhamento de conhecimentos, Schneider (2016) aponta que nas CVP que versam sobre Educação a interação dos sujeitos se dá mais em uma perspectiva de busca de soluções para a sua prática do que de proposição de inovação e desenvolvimento de novas metas.

A aprendizagem em comunidades depende, portanto, da motivação de seus sujeitos, da variedade e da intensidade de uso de estratégias na aquisição do conhecimento; da socialização e troca de experiências e habilidades relativas aos interesses dos envolvidos (dentro do foco das comunidades nas quais eles estão inseridos); de características socioculturais e de estrutura tecnológica das CVP (Correia, 2007).

4. Considerações Finais

Compreendemos, a partir deste estudo, que as comunidades de prática e as comunidades virtuais de prática estão relacionadas não só pela incorporação do componente virtual promovido pelo avanço das tecnologias digitais como também, e principalmente, pela ideia de seres-humanos-com-mídias. Afinal de contas, a produção de conhecimento se dá de maneira distinta em tempos de alta conectividade, e essa produção de saberes, diferenciada e conectada, é a que tem ocorrido nas CVP.

Identificamos que as CVP podem ser compreendidas como uma expansão da ideia de comunidades de prática, ou seja, comunidades de prática mediadas por tecnologias e nas quais interagem os seres-humanos-com-mídias. Nestas considerações finais, sempre que nos referirmos a seres humanos, o fazemos nessa perspectiva, ou seja, os consideraremos seres humanos mais que conectados, integrados às mídias e à internet de maneira simbiótica.

As condições para a produção de conhecimento em uma CVP passam por ferramentas tecnológicas, mas não só, já que alguns autores indicam que as lideranças de uma comunidade são fundamentais para o seu desenvolvimento. Chamamos a atenção para o fato de que os atores humanos e não humanos se impregnam mutuamente. Ou seja, nessa relação os atores não humanos (aplicativos de comunicação, por exemplo) modificam a forma como as pessoas constroem seus raciocínios e interagem entre si e com esses atores não humanos, de modo que todos agem como transformadores e são, ao mesmo tempo, transformados em meio a esse processo.

As CVP também têm despontado como uma solução para a cobertura de grandes extensões territoriais por meio do uso de ferramentas de interação virtual. São até mesmo apontadas como possibilidade de economia de tempo e dinheiro com diárias e longos deslocamentos. Entretanto, a importância de interação face a face é mencionada e destacada em nosso corpus de pesquisa, uma vez que sua falta pode implicar comunidades com laços menos fortes, segundo os autores. Como os laços entre os membros e a sensação de pertencimento ao grupo são pontos fundamentais para o sucesso de uma CVP, o reforço dos laços entre os sujeitos se mostra como um ponto nevrálgico para o bom andamento da comunidade.

Nesse caso, a literatura aponta, como opção de solução para essa questão, a existência de lideranças que tenham o domínio do tema da comunidade e que incentivem e deem suporte o tempo todo à interação entre o grupo, para que haja de fato a busca não só por soluções, mas também por interação em uma temática comum para a produção de conhecimento de forma integrada. Essa liderança específica só não é necessária em comunidades cujo engajamento e reunião em torno de uma temática sejam altíssimos; nesse caso, a comunidade se autogerencia, uma vez que, nesse contexto, todos os participantes podem ser considerados líderes da comunidade.

Não pretendemos, neste estudo, esgotar o tema em questão, mas oferecer um panorama a seu respeito, com base na realização do estado de conhecimento sobre as produções brasileiras publicadas como dissertações e teses até agosto de 2018. Assim, como resultado desta pesquisa, temos as contribuições dos trabalhos selecionados comentadas e organizadas por categorias, o que facilita a consulta de pesquisadores interessados no tema CVP e a compreensão de que o compartilhamento de interesse comum sobre determinado tema em espaços virtuais por pessoas movidas pelo desejo de interação tem se configurado em oportunidades de produção de conhecimento e inovação.

Referências Bibliográficas

- BORBA, M. C.; GADANIDIS, G. Virtual communities and networks of practicing mathematics teachers - the role of technology in collaboration. In: KRAINER, K.; WOOD, T. (Eds.). *Participants in mathematics teacher education*. Rotterdam: Sense, 2008. p. 181-206.
- BORBA, M. C.; SOUTO, D. L. P. Seres humanos-com-internet ou internet-com-seres humanos: uma troca de papéis? *Relime*, Vol. 19 (2), 2016.
- CORREIA, M. P. L. *Aprendizagem e compartilhamento de conhecimento em comunidades virtuais de prática: estudo de caso na comunidade virtual de desenvolvimento de software livre DEBAN-BR-CDD*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas do tipo "estado da arte". *Educação & Sociedade*, ano XXIII, v. 22, n. 79, 257-272, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>
- GIOSTRI, E. C. (2008). *Comunidades virtuais de prática como alternativa na formação continuada de docentes na educação superior tecnológica*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. New York: Cambridge University Press, 1991.
- LEONEL, A. A. *Formação continuada de professores de Física em exercício na rede pública estadual de Santa Catarina: lançando um novo olhar sobre a prática*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- MATOS, E. S. *Desenvolvimento de uma comunidade virtual de prática como apoio à gestão da tecnologia da informação do Instituto Federal da Bahia: uma proposta de aplicação do Sistema de Gestão de Aprendizagem Amadeus*. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2013.
- PEREIRA, M. V. M. Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa em educação: o ensino superior em música como objeto. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 22, n. 40, p. 221-233, jul./dez. 2013.
- PREVEDELLO, C. F. *Comunidades virtuais de prática no serviço público: quadro teórico para a organização de experiências e apoio à inovação*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- SANTOS, F. F. *Modelo de gestão para promover a criação e o compartilhamento de conhecimento em comunidade virtual de prática*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- SCHNEIDER, F. C. *Comunidade de prática na perspectiva da inclusão escolar: o perfil, os discursos e as práticas de educadores no exercício da cultura da participação*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.
- SILVA, M. R. C. *Formação e gestão de uma comunidade virtual de prática: criação e validação de um instrumento de pesquisa*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.